

Tomamos consciência da fragilidade do nosso mercado interno

Júlio Darvas *

Na segunda quinzena de setembro, o governo Collor terá completado 18 meses. Entre as realidades brasileiras que emergiram nesse período está a marca da impaciência. Somos um país que não quer, e, é verdade, não pode esperar, ficar parado. O que está no ar, em todas as camadas, agora inclusive nas mais simples, é esse desejo de encontrar um rumo econômico que comece a dar solução aos nossos enormes e urgentes desafios sociais.



Aprendemos bastante em poucos meses. A principal lição é que a economia funciona como vasos comunicantes. Estancada uma das pontas, todo o fluxo sofre imediatos e efetivos congestionamentos. Podemos comparar ao fluxo sanguíneo, ou, para ser algo mais visível, o do andamento do tráfego. Outro aspecto que surgiu com clareza, e hoje começa a ser um conhecimento mais generalizado, é que os 10% da população cuja poupança foi bloqueada desempenhavam um papel essencial na manutenção do giro da nossa já tão frágil economia. O violento empobrecimento da classe média acabou repercutindo em ambas as extremidades da pirâmide social, pesando, como é óbvio, sobre a base — aquela que é, por natureza, a mais dependente. Um fator ainda, entre muitos, pode ser ressaltado: o da diferença substancial entre o linguajar eleitoral e as realidades da política, nela compreendidos os seus componentes econômicos e sociais. Vencer uma eleição — em dois turnos — é infinitamente mais fácil que dar solução real às questões básicas num país sem recursos, inclusive humanos, e para atender a uma gama complexa e tão variada de necessidades e reivindicações reais.

Tomamos conhecimento do nosso atraso e da necessidade de abandonarmos de vez uma visão provinciana diante de um mundo que vai derrubando com rapidez extrema não apenas as fronteiras mas as barreiras do falso protecionismo e dos nacionalismos ultrapassados.

Começamos a tomar consciência da estreiteza e fragilidade do nosso mercado interno, e do baixo poder de consumo, para um país que começa a se aproximar dos quase 200 milhões de habitantes. Em termos populacionais, com praticamente 80% da população já vivendo em áreas urbanas, corremos o risco de aprofundarmos ainda mais os desníveis econômicos e sociais. Passa a ser prioridade absoluta o aumento da renda per capita, o que significa o aumento da produção e, depois, o da produtividade. Falar em modernização quando falta o essencial, que é dar ocupação e renda, é trocar as bolas.

É às classes dirigentes — da política, do empresariado, dos sindicatos patronais e de trabalhadores — que se pede, de forma urgente e decisiva, uma tomada de consciência e uma ação efetiva. É preciso que o desenvolvimento econômico seja retomado, conjuntamente com a noção do papel social que cabe a todos os componentes da nacionalidade. 36% da população economicamente ativa ganha até 2 salários mínimos, 14% ganha de 2 a 5 salários mínimos e 9,5% ganha os outros 62% do rendimento médio mensal dos brasileiros. 40,5% da população acima de 10 anos não tem nenhum rendimento. Este quadro, tão gritante, não vai mudar tão rapidamente. É tarefa de uma geração. Mas não há dúvida de que começamos a ganhar em maturidade.

Afinal, como o nosso presidente, o Brasil de agora também só tem 40 anos.

* Administrador de empresas especializado em marketing empresarial e político.